

Sumário

TOMO I

TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL

1

NOÇÕES BÁSICAS	39
1.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	39
1.2. Conceito de Direito Penal.....	40
1.3. Características do Direito Penal	40
1.4. Funções do Direito Penal.....	41
1.4.1. Direito Penal como proteção de bens jurídicos.....	42
1.4.2. Direito Penal como instrumento de controle social	42
1.4.3. Direito Penal como garantia.....	42
1.4.4. Função ético-social (função criadora ou configuradora dos costumes)	42
1.4.5. Função simbólica do Direito Penal	43
1.4.6. Função motivadora	43
1.4.7. Função de redução da violência estatal.....	43
1.5. Divisões do Direito Penal	44
1.5.1. Direito Penal objetivo e subjetivo	44
1.5.2. Direito Penal comum e especial.....	44
1.5.3. Direito Penal primário e Direito Penal secundário	44
1.5.4. Direito Penal substantivo e adjetivo	45
1.5.5. Direito Penal internacional e Direito internacional penal.....	45
1.5.6. Direito Penal do fato e Direito Penal do autor.....	45
1.5.7. Direito Penal de emergência, promocional e simbólico	46
1.5.7.1. O Direito Penal como sistema autopoietico e o risco do Direito Penal simbólico	48
1.5.8. Direito Penal coletivo	50
1.5.9. Direito Penal quântico	50
1.5.10. Direito Penal do equilíbrio.....	51
1.6. Bem jurídico penal.....	52

1.6.1.	Jakobs – Bem jurídico como a garantia da vigência da norma.....	54
1.6.2.	Roxin – Bem jurídico como pressuposto de convivência harmônica	56
1.6.3.	Hassemer – Teoria pessoal do bem jurídico	56
1.6.4.	Espiritualização dos bens jurídicos	58
1.6.5.	Síntese.....	58
1.7.	Tabela Resumo: Noções Básicas	60

2

CIÊNCIA DO DIREITO PENAL.....	63
2.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	63
2.2. Dogmática penal	64
2.3. Política Criminal	64
2.4. Criminologia.....	65
2.4.1. Conceitos básicos de criminologia.....	65
2.4.1.1. Abolicionismo penal (Política criminal verde).....	66
2.4.1.2. Movimento lei e ordem	67
2.4.1.3. Garantismo penal	67
2.4.1.4. Direito penal do inimigo.....	69
2.4.1.5. Teoria do Etiquetamento (<i>Labelling approach</i>).....	70
2.4.1.6. Teoria das janelas quebradas (<i>broken windows theory</i>).....	71
2.4.1.7. Teoria dos testículos despedaçados (<i>breaking balls theory</i>).....	71
2.4.1.8. Teoria do cenário da bomba relógio.....	71
2.4.1.9. Teoria da anomia	72
2.4.1.10. Principais síndromes do Direito Penal	73
2.4.1.10.1. Síndrome da Mulher Potifar.....	73
2.4.1.10.2. Síndrome de Estocolmo	73
2.4.1.10.3. Síndrome de Londres	74
2.4.1.10.4. Síndrome de Oslo	74
2.4.1.10.5. Síndrome de Alice	74
2.5. Conceitos diversos	75
2.5.1. Criminalização primária e secundária.....	75
2.5.2. Cifras do Direito Penal	75
2.5.3. Velocidades do Direito Penal.....	76
2.5.4. Direito Penal de intervenção (Administrativização do Direito Penal)	78
2.5.5. Direito Penal Subterrâneo e Sistema penal paralelo	79
2.6. Tabela Resumo: Ciência do Direito Penal.....	80

3

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL.....	85
3.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	85
3.2. Introdução	85
3.3. Fase da vingança nos povos primitivos	85
3.4. Direito Penal Romano.....	86
3.5. Direito Penal Germânico	86

3.6.	Direito Canônico.....	87
3.7.	Período Humanitário	87
3.8.	Tabela Resumo: Evolução Histórica do Direito Penal	88

4

ESCOLAS PENAIS	91
4.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	91
4.2. Introdução	91
4.3. Escola Clássica.....	91
4.4. Escola Positivista	93
4.5. Terceira Escola (<i>terza scuola</i>)	94
4.6. Escola Moderna Alemã.....	95
4.7. Escola Técnico-Jurídica.....	95
4.8. Escola Correccionalista.....	96
4.9. Defesa Social	96
4.10. Tabela Resumo: Escolas Penais	96

5

FONTES DO DIREITO PENAL	99
5.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	99
5.2. Introdução.....	99
5.3. Os tratados e convenções internacionais de direitos humanos.....	101
5.4. Jurisprudência	102
5.5. Princípios.....	103
5.6. Atos administrativos.....	104
5.7. Costumes.....	104
5.8. Tabela Resumo: Fontes do Direito Penal.....	105

6

TEORIA DA NORMA PENAL	107
6.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	107
6.2. Interpretação da lei penal	107
6.2.1. Interpretação quanto ao sujeito (origem).....	108
6.2.2. Interpretação quanto ao modo.....	109
6.2.3. Interpretação quanto ao resultado.....	110
6.2.4. Interpretação analógica e analogia	111
6.2.5. Interpretação conforme a Constituição	112
6.3. Norma penal	113
6.4. Lei penal incompleta	115
6.5. Norma penal em branco	115
6.5.1. Espécies	116
6.5.1.1. Norma penal em branco ao revés, invertida, ao avesso ou inversa.....	117
6.5.1.2. Norma penal em branco ao quadrado.....	118

6.5.1.3.	Norma penal em branco por exclusão	119
6.5.1.4.	Norma penal em branco de alternatividade temporária.....	119
6.6.	Conflito aparente de normas.....	120
6.6.1.	Princípio da especialidade	120
6.6.2.	Princípio da subsidiariedade	121
6.6.3.	Princípio da consunção.....	127
6.6.4.	Princípio da alternatividade.....	132
6.7.	Princípios do Direito Penal	133
6.7.1.	Princípio da legalidade estrita ou da reserva legal	133
6.7.2.	Princípio da anterioridade	136
6.7.3.	Princípio da insignificância	136
6.7.3.1.	Requisitos.....	140
6.7.3.1.1.	Requisitos objetivos.....	141
6.7.3.1.2.	Requisitos subjetivos.....	141
6.7.3.2.	Aplicação.....	142
6.7.3.2.1.	Crimes cometidos com grave ameaça ou violência contra a pessoa	142
6.7.3.2.2.	Crimes contra a Administração Pública.....	142
6.7.3.2.3.	Crimes previstos na Lei de Drogas.....	143
6.7.3.2.4.	Descaminho e crimes tributários.....	144
6.7.3.2.5.	Contrabando	144
6.7.3.2.6.	Crimes ambientais.....	145
6.7.3.2.7.	Rádio pirata	145
6.7.3.2.8.	Crimes praticados com violência doméstica ou familiar contra a mulher.....	145
6.7.3.2.9.	Outras situações.....	146
6.7.3.3.	Princípio da insignificância imprópria ou bagatela imprópria..	146
6.7.4.	Princípio da individualização da pena.....	147
6.7.4.1.	O emprego da IA na individualização da pena – Res. CNJ 615/25	147
6.7.5.	Princípio da alteridade	152
6.7.6.	Princípio da confiança	152
6.7.7.	Princípio da adequação social.....	153
6.7.8.	Princípio da intervenção mínima	153
6.7.8.1.	Princípio da fragmentariedade	153
6.7.8.2.	Princípio da subsidiariedade	154
6.7.9.	Princípio da proporcionalidade	154
6.7.10.	Princípio da humanidade	154
6.7.11.	Princípio da ofensividade ou da lesividade.....	154
6.7.12.	Princípio da responsabilidade pelo fato.....	155
6.7.13.	Princípio da personalidade ou da intranscendência	155
6.7.14.	Princípio do <i>ne bis in idem</i>	155
6.7.15.	Princípio da isonomia	155

6.7.16.	Princípio da presunção de inocência (estado de inocência)	156
6.8.	Tabela Resumo: Teoria da Norma Penal	156

7

LEI PENAL NO TEMPO	161
7.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	161
7.2. Tempo do crime	161
7.3. Conflito de leis no tempo.....	162
7.3.1. Lei penal benéfica e <i>abolitio criminis</i>	164
7.3.1.1. <i>Abolitio criminis</i> temporária	165
7.3.2. Lei penal gravosa	166
7.3.3. Leis temporárias e excepcionais	166
7.3.4. Combinação de leis (<i>lex tertia</i>) e lei intermediária	169
7.3.5. Crime permanente e continuado.....	170
7.3.6. Juízo competente para aplicação da lei mais benéfica	174
7.3.7. Aplicação da lei mais benéfica em período de <i>vacatio legis</i>	175
7.3.8. Continuidade normativo-típica	175
7.3.9. Retroatividade da jurisprudência	175
7.4. Tabela Resumo: Lei Penal no Tempo.....	178

8

LEI PENAL NO ESPAÇO	181
8.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	181
8.2. Territorialidade.....	181
8.3. Conceito de território nacional.....	182
8.4. Princípios reitores	183
8.4.1. Princípio da territorialidade	183
8.4.2. Princípio da personalidade ou da nacionalidade	183
8.4.3. Princípio da defesa ou real.....	184
8.4.4. Princípio da justiça universal ou cosmopolita.....	185
8.4.5. Princípio da representação, pavilhão ou bandeira.....	185
8.4.6. Princípio da intraterritorialidade.....	185
8.5. Lugar do crime	186
8.6. Extraterritorialidade	187
8.6.1. Extraterritorialidade condicionada de primeiro grau ou extraterritorialidade incondicionada.....	188
8.6.2. Extraterritorialidade condicionada de segundo grau e subsequentes. Extraterritorialidade hipercondicionada	193
8.6.2.1. Condições para aplicação da lei brasileira	195
8.6.3. Síntese gráfica.....	198
8.6.4. Juízo competente	201
8.7. Tabela Resumo: Lei Penal no Espaço.....	202

9

LEI PENAL COM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	205
9.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	205
9.2. Introdução	205
9.3. Imunidades diplomáticas e de chefes de governo estrangeiro.....	205
9.4. Imunidades parlamentares	207
9.4.1. Imunidade absoluta condicionada (<i>freedom of speech</i>).....	208
9.4.2. Imunidade parlamentar relativa.....	210
9.4.2.1. Imunidade relativa em relação à prisão ou incoercibilidade pessoal dos congressistas (<i>freedom from arrest</i>)	211
9.4.2.2. Imunidade relativa ao processo.....	215
9.4.2.3. Imunidade relativa na condição de testemunha.....	217
9.4.2.4. Parlamentares licenciados e suplentes	217
9.5. Imunidade temporária do Presidente da República.....	217
9.6. Tabela Resumo: Lei Penal com Relação às Pessoas	218

10

DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI PENAL	221
10.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	221
10.2. Eficácia da sentença estrangeira	221
10.3. Contagem de prazos penais	225
10.4. Frações não computáveis na pena.....	226
10.5. Subsidiariedade das normas penais	226
10.6. Tabela Resumo: Disposições Finais Sobre a Aplicação da Lei Penal.....	227

TOMO II

TEORIA GERAL DO CRIME

11

NOÇÕES FUNDAMENTAIS E EVOLUÇÃO	231
11.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	231
11.2. Conceito de crime.....	232
11.2.1. Critério material ou substancial.....	232
11.2.2. Critério formal ou legal	232
11.2.3. Critério analítico.....	234
11.3. Sujeitos do crime	238
11.3.1. Sujeito ativo	238
11.3.1.1. A pessoa jurídica como sujeito ativo de crimes.....	238
11.3.2. Sujeito passivo	242
11.3.3. Objeto do crime	243
11.4. Evolução da teoria geral do delito	244
11.4.1. Causalismo – Modelo positivista do século XIX	244

11.4.2. Neokantismo	246
11.4.3. Finalismo	249
11.4.4. Teoria social da ação	250
11.4.5. Funcionalismo	252
11.4.5.1. Funcionalismo teleológico-racional – Claus Roxin	252
11.4.5.2. Funcionalismo sistêmico ou radical – Günther Jakobs	255
11.4.5.3. Funcionalismo do controle social – Winfried Hassemer	257
11.4.5.4. Funcionalismo redutor – Zaffaroni	259
11.4.6. Teoria da ação significativa	260
11.5. Tabela Resumo: Noções Fundamentais e Evolução	263

12

CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DOS CRIMES

12.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	269
12.2. Introdução	269
12.3. Classificações	270
12.3.1. Crimes comuns, próprios e de mão própria	270
12.3.2. Crimes materiais, formais e de mera conduta	271
12.3.3. Crimes simples e complexos	272
12.3.4. Crimes qualificados e privilegiados	272
12.3.5. Crimes instantâneos, permanentes, instantâneos de efeitos permanentes, a prazo e de enquadramento típico prorrogado	273
12.3.6. Crimes dolosos, culposos e preterdolosos	274
12.3.7. Crimes consumados e tentados	274
12.3.8. Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos	275
12.3.9. Crimes de subjetividade passiva única e de dupla subjetividade passiva	275
12.3.10. Crimes comissivos, omissivos e de conduta mista	276
12.3.11. Crime unissubsistente e plurissubsistente	277
12.3.12. Crime de dano e de perigo – injustos parciais	277
12.3.13. Crimes de forma livre e de forma vinculada	280
12.3.14. Crimes principais e acessórios	280
12.3.15. Outras classificações	281
12.3.15.1. Crime progressivo	281
12.3.15.2. Crime habitual	282
12.3.15.3. Crime subsidiário	282
12.3.15.4. Crime exaurido	282
12.3.15.5. Crime de pequeno, médio e maior potencial ofensivo	282
12.3.15.6. Crime profissional	282
12.3.15.7. Crime funcional	283
12.3.15.8. Crime hediondo e equiparado	283
12.3.15.9. Crime de circulação	283
12.3.15.10. Crime militar	283
12.3.15.11. Crime natural	284
12.3.15.12. Crime de plástico	284
12.3.15.13. Crime vazio	284

12.3.15.14. Crime transeunte e não transeunte	284
12.3.15.15. Crime de ação única e de ação múltipla ou conteúdo variado ..	285
12.3.15.16. Crime vago	285
12.3.15.17. Crime mono-ofensivo e pluriofensivo	285
12.3.15.18. Crime multitudinário	285
12.3.15.19. Crime de rua ou de colarinho azul	285
12.3.15.20. Crime de colarinho branco	286
12.3.15.21. Crime independente	286
12.3.15.22. Crime conexo	286
12.3.15.23. Crime falho	286
12.3.15.24. Crime impossível, crime oco, ou quase crime	286
12.3.15.25. Crime putativo	286
12.3.15.26. Crime de alucinação	287
12.3.15.27. Crime de ensaio ou delito de experiência	287
12.3.15.28. Crime de atentado	287
12.3.15.29. Crime parcelar	287
12.3.15.30. Crime consunto e consuntivo	287
12.3.15.31. Crime condicionado	287
12.3.15.32. Crime de opinião	288
12.3.15.33. Crime de expressão	288
12.3.15.34. Crime de impressão	288
12.3.15.35. Crime de hermenêutica	288
12.3.15.36. Crime gratuito	289
12.3.15.37. Crime de ímpeto	289
12.3.15.38. Crime de tendência intensificada, interna peculiar ou de atitude pessoal	289
12.3.15.39. Crime de tendência interna transcendente	289
12.3.15.40. Crime de resultado cortado ou separado	290
12.3.15.41. Crimes mutilado de dois ou mais atos	290
12.3.15.42. Crime a distância ou de espaço máximo	290
12.3.15.43. Crime em trânsito	291
12.3.15.44. Crime plurilocal	291
12.3.15.45. Crime de acumulação	291
12.3.15.46. Crime obstáculo	291
12.3.15.47. Crime de catálogo	291
12.3.15.48. Crime remetido	291
12.3.15.49. Crime anão ou liliputiano	292
12.3.15.50. Crime de plágio	292
12.3.15.51. Crime de olvido	292
12.3.15.52. Crime intervalado ou intermitente	292
12.3.15.53. Crime de flanco	292
12.3.15.54. Crime cibernético	292
12.3.15.55. Crime político	293
12.3.15.56. Crime de responsabilidade	293
12.3.15.57. Crime aberrante	293
12.3.15.58. Crime de temporalidade específica	293
12.4. Tabela Resumo: Classificação Doutrinária dos Crimes	293

13

FATO TÍPICO	303
13.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	303
13.2. Introdução	304
13.3. Conduta	305
13.3.1. Teorias da conduta	306
13.3.1.1. Teoria causalista, naturalística, clássica ou mecanicista	306
13.3.1.1.1. Teoria sintomática – Enrico Ferri	308
13.3.1.2. Teoria neokantista	308
13.3.1.2.1. Teoria normativa da ação – Gustav Radbruch	310
13.3.1.3. Teoria finalista	311
13.3.1.3.1. Teoria cibernética	313
13.3.1.4. Teoria social da ação	313
13.3.1.5. Teorias funcionalistas	314
13.3.1.5.1. Conceito pessoal de conduta – Roxin	314
13.3.1.5.2. Conceito de inevitabilidade individual de conduta – Jakobs	316
13.3.1.5.3. Conceito negativo da ação	317
13.3.1.5.4. Conceito redutor de ação	318
13.3.1.5.5. Teoria da ação significativa	318
13.3.2. Modelos de conduta	319
13.3.3. Funções do conceito autônomo de conduta	320
13.3.4. Característica da conduta	321
13.3.5. Excludentes da conduta	322
13.4. Resultado	326
13.5. Nexo de causalidade	328
13.5.1. Teoria da equivalência das condições (<i>conditio sine qua non</i>)	329
13.5.2. Teoria da causalidade adequada	331
13.5.2.1. Antecedentes	331
13.5.2.2. Teoria da adequação	332
13.5.2.3. Teoria da relevância jurídica	333
13.5.2.4. Concausas	333
13.5.2.4.1. Causas absolutamente independentes	334
13.5.2.4.1.1. Causas preexistentes absolutamente independentes	334
13.5.2.4.1.2. Causas concomitantes absolutamente independentes	334
13.5.2.4.1.3. Causas supervenientes absolutamente independentes	335
13.5.2.4.2. Causas relativamente independentes	335
13.5.2.4.2.1. Causas preexistentes relativamente independentes	336

13.5.2.4.2.2.	Causas concomitantes relativamente independentes	336
13.5.2.4.2.3.	Causas supervenientes relativamente independentes	337
13.5.3.	Teoria da imputação objetiva	339
13.5.3.1.	Aplicação da teoria da imputação objetiva aos crimes não materiais.....	341
13.5.3.2.	A imputação objetiva de Claus Roxin.....	342
13.5.3.2.1.	Criação ou incremento de um risco juridicamente proibido	342
13.5.3.2.1.1.	Risco permitido	343
13.5.3.2.1.2.	Diminuição ou não criação do risco.....	343
13.5.3.2.1.3.	Princípio da confiança.....	345
13.5.3.2.2.	A realização do risco não permitido	347
13.5.3.2.3.	Alcance do tipo.....	348
13.5.3.2.3.1.	Autocolocação dolosa em perigo.....	348
13.5.3.2.3.2.	Heterocolocação consentida em perigo..	349
13.5.3.2.3.3.	Atribuição do resultado no âmbito de responsabilidade alheio.....	350
13.5.3.2.4.	A prognose póstuma objetiva como critério de análise da imputação.....	350
13.5.3.3.	A imputação objetiva de Günther Jakobs.....	352
13.5.3.3.1.	Risco permitido	352
13.5.3.3.2.	Princípio da confiança	353
13.5.3.3.3.	Proibição de regresso	353
13.5.3.3.4.	Competência ou capacidade da vítima	353
13.5.3.4.	A imputação objetiva para Wolfgang Frisch.....	354
13.5.3.5.	A imputação objetiva para Ingeborg Puppe.....	356
13.5.3.6.	O problema da causalidade múltipla – outros conceitos afetos ao tema da causalidade.....	357
13.5.3.6.1.	“Caso do soro”	359
13.5.3.7.	A adoção da teoria da imputação objetiva pelo ordenamento jurídico brasileiro	360
13.5.4.	A teoria INUS	362
13.5.5.	A causalidade nos crimes omissivos.....	365
13.6.	Tipicidade penal	367
13.6.1.	Conceito.....	367
13.6.2.	Tipicidade conglobante	368
13.6.2.1.	Relações entre tipicidade, antinormatividade e antijuridicidade.....	370
13.6.3.	Formas de adequação típica.....	372
13.6.4.	Fases da tipicidade.....	374

13.7. Tipo penal	375
13.8. Funções do tipo penal	375
13.9. Estrutura do tipo legal.....	376
13.10. Classificação doutrinária dos tipos legais	380
13.10.1. Tipo normal e anormal.....	380
13.10.2. Tipo fundamental e derivado	380
13.10.3. Tipo congruente e incongruente.....	381
13.10.4. Tipo fechado e tipo aberto	382
13.10.5. Tipo simples e tipo misto	382
13.10.6. Tipo de autor e tipo de fato.....	383
13.10.7. Tipo preventivo.....	383
13.11. Tabela Resumo: Fato Típico	384

14

CRIME DOLOSO	389
14.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	389
14.2. Conduta dolosa	389
14.2.1. O dolo na evolução da teoria do crime	390
14.2.1.1. Sistema causalista	390
14.2.1.2. Sistema neokantista	392
14.2.1.3. Sistema finalista	392
14.2.1.4. Sistemas funcionalistas	393
14.2.1.5. Sistema da ação significativa.....	394
14.3. Teorias do dolo	394
14.3.1. Teorias volitivas.....	395
14.3.1.1. Teoria da vontade	396
14.3.1.2. Teoria do assentimento, consentimento ou anuência	396
14.3.1.3. Teoria da decisão contrária a bens jurídicos	396
14.3.1.4. Teoria dos indicadores externos.....	396
14.3.1.5. Teoria da indiferença ou sentimento.....	397
14.3.1.6. Teoria da vontade de evitação	397
14.3.1.7. Teoria de tomar a sério o perigo	397
14.3.2. Teorias cognitivas	398
14.3.2.1. Teoria da representação ou da possibilidade	398
14.3.2.2. Teoria da probabilidade.....	399
14.3.2.3. Dolo sem vontade.....	399
14.3.2.4. Dolo significativo.....	401
14.3.3. Teorias do perigo.....	401
14.3.3.1. Teoria subjetiva – teoria do risco de Frisch.....	402
14.3.3.2. Teoria objetiva (perigo protegido e desprotegido).....	403
14.3.3.3. Teoria do perigo doloso – Ingeborg Puppe.....	404
14.3.4. Outros conceitos de dolo.....	405
14.3.4.1. Dolo como conceito tipo.....	405

14.3.4.2.	Dolo partido	406
14.3.4.3.	Dolo quântico – Dolo em superposição	406
14.3.5.	Teorias adotadas no Brasil	407
14.4.	Elementos do dolo	408
14.5.	Espécies de dolo	410
14.5.1.	Dolo normativo e dolo natural.....	410
14.5.2.	Dolo direto e dolo indireto	410
14.5.2.1.	Dolo direto de primeiro grau, imediato, de propósito ou de intenção.....	411
14.5.2.2.	Dolo direto de segundo grau, mediato, indireto, indeterminado ou de consequências necessárias.....	411
14.5.3.	Dolo eventual e dolo alternativo	412
14.5.3.1.	Dolo eventual e culpa consciente.....	416
14.5.3.1.1.	Teoria da Cegueira Deliberada.....	417
14.5.3.2.	Dolo alternativo	420
14.5.4.	Dolo de propósito e dolo de ímpeto.....	420
14.5.5.	Dolo genérico e dolo específico	421
14.5.6.	Dolo presumido.....	421
14.5.7.	Dolo de dano e dolo de perigo	421
14.5.8.	Dolo geral, por erro sucessivo ou <i>dolus generalis</i>	422
14.5.9.	Dolo antecedente, dolo atual e dolo subsequente	424
14.5.10.	Dolo global ou unitário	425
14.5.11.	Dolo cumulativo.....	425
14.6.	Tabela Resumo: Crime Doloso.....	425

15

CRIME CULPOSO	429
15.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	429
15.2. Elemento normativo da conduta.....	429
15.3. Elementos e conceito.....	431
15.4. Modalidades de culpa.....	434
15.5. Espécies de culpa.....	435
15.5.1. Culpa consciente e culpa inconsciente.....	435
15.5.2. Culpa própria e culpa imprópria	439
15.5.3. Culpa mediata ou indireta	440
15.5.4. Culpa presumida	440
15.6. Graus de culpa	440
15.7. Compensação e concorrência de culpas	440
15.8. Exclusão da culpa.....	441
15.9. Crime preterdoloso.....	442
15.9.1. Delitos qualificados pelo resultado.....	442
15.10. Tabela Resumo: Crime Culposos	444

16

CRIMES OMISSIVOS	447
16.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	447
16.2. Introdução.....	448
16.3. Crimes omissivos próprios.....	449
16.4. Crimes comissivos por omissão	450
16.4.1. Situações especiais nos crimes omissivos.....	454
16.4.2. (In)constitucionalidade dos crimes comissivos por omissão.....	456
16.5. Crimes omissivos por comissão	457
16.6. Crimes de conduta mista	457
16.7. Tabela Resumo: Crimes Omissivos.....	458

17

ERRO DE TIPO	461
17.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	461
17.2. Introdução.....	461
17.3. Espécies de erro de tipo	462
17.3.1. Erro de tipo essencial.....	462
17.3.1.1. Erro evitável e inevitável.....	463
17.3.1.2. Evitabilidade do erro.....	465
17.3.1.2.1. Teoria da dupla posição ou duplo escalão	465
17.3.1.2.2. Teoria da individualização da capacidade.....	466
17.3.1.2.3. Teoria mista	466
17.3.2. Erro de tipo acidental	467
17.3.2.1. Erro sobre o objeto	467
17.3.2.2. Erro sobre a pessoa.....	468
17.3.2.3. Erro na execução	469
17.3.2.3.1. Erro na execução com unidade simples	470
17.3.2.3.2. Erro na execução com unidade complexa.....	471
17.3.2.4. Resultado diverso do pretendido.....	473
17.3.2.5. Erro sobre o nexo causal.....	475
17.3.3. Erro de tipo e delito putativo por erro de tipo.....	476
17.3.4. Erro de tipo permissivo.....	477
17.3.5. Erro determinado por terceiro	478
17.3.6. Erro de subsunção.....	479
17.3.7. Erro de tipo psiquicamente condicionado	480
17.3.8. Erro de tipo mandamental.....	480
17.4. Tabela Resumo: Erro de Tipo.....	481

18

ITER CRIMINIS	485
18.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	485

18.2. Conceito.....	486
18.3. Fases do <i>iter criminis</i>	486
18.3.1. Cogitação.....	486
18.3.2. Preparação.....	487
18.3.3. Execução.....	487
18.3.3.1. Transição dos atos preparatórios para os atos executórios.....	488
18.3.3.1.1. Início da tentativa na autoria mediata.....	490
18.3.4. Consumação.....	492
18.3.5. Exaurimento.....	492
18.4. Tentativa.....	493
18.4.1. Teorias sobre a punição do crime tentado.....	494
18.4.2. Espécies de tentativa.....	495
18.4.3. Infrações penais que não admitem a tentativa.....	496
18.4.4. Tentativa no dolo eventual.....	498
18.4.5. Tentativa nos crimes de ímpeto.....	498
18.4.6. Desistência voluntária.....	499
18.4.6.1. Natureza jurídica.....	500
18.4.7. Arrependimento eficaz.....	502
18.4.8. Desistência voluntária e arrependimento eficaz na Lei de Terrorismo.....	503
18.4.9. Arrependimento posterior.....	504
18.4.9.1. Natureza jurídica.....	505
18.4.9.2. Requisitos.....	505
18.4.9.3. Casos especiais.....	507
18.4.9.4. Comunicabilidade do arrependimento posterior no concurso de agentes.....	508
18.4.10. Quadro comparativo.....	509
18.5. Tabela Resumo: <i>Iter Criminis</i>	509

19

CRIME IMPOSSÍVEL	513
19.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	513
19.2. Introdução.....	513
19.3. Natureza jurídica.....	514
19.4. Teorias sobre o crime impossível.....	514
19.5. Ineficácia absoluta do meio.....	515
19.6. Crime impossível por impropriedade absoluta do objeto.....	519
19.7. Crime impossível e delito putativo.....	520
19.8. Tabela Resumo: Crime Impossível.....	522

20

ILICITUDE	525
20.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	525
20.2. Introdução.....	525

20.3. Evolução da ilicitude.....	526
20.3.1. Injusto e antijuridicidade	527
20.3.1.1. Ilicitude formal	527
20.3.1.2. Ilicitude material.....	527
20.3.1.3. Concepção unitária de ilicitude	528
20.3.2. Ilicitude como essência ou elemento de composição do delito	528
20.3.3. Ilicitude nos movimentos penais	529
20.3.3.1. Causalismo	529
20.3.3.2. Neokantismo	529
20.3.3.3. Finalismo	530
20.3.3.4. Funcionalismo.....	530
20.3.3.5. Sistema significativo da ação	531
20.4. Causas excludentes de ilicitude.....	531
20.4.1. Fundamento legal	532
20.4.2. Elemento subjetivo nas excludentes	532
20.4.3. Estado de necessidade.....	535
20.4.3.1. Natureza jurídica	537
20.4.3.2. Requisitos.....	539
20.4.3.3. Espécies de estado de necessidade.....	544
20.4.3.3.1. Estado de necessidade justificante e exculpante.....	544
20.4.3.3.2. Estado de necessidade próprio e de terceiro	545
20.4.3.3.3. Estado de necessidade agressivo e defensivo	545
20.4.3.3.4. Estado de necessidade real e putativo	545
20.4.3.3.5. Estado de necessidade recíproco (estado de neces- sidade x estado de necessidade)	545
20.4.3.4. Situações peculiares no estado de necessidade	546
20.4.4. Legítima defesa	549
20.4.4.1. Natureza jurídica	549
20.4.4.2. Requisitos.....	549
20.4.4.3. Espécies de legítima defesa	556
20.4.4.3.1. Legítima defesa agressiva e defensiva.....	556
20.4.4.3.2. Legítima defesa própria e de terceiro	556
20.4.4.3.3. Legítima defesa real e putativa	556
20.4.4.3.4. Legítima defesa subjetiva ou excessiva.....	556
20.4.4.3.5. Legítima defesa sucessiva	557
20.4.4.4. Situações peculiares na legítima defesa.....	557
20.4.5. Estrito cumprimento do dever legal.....	558
20.4.5.1. Natureza jurídica	558
20.4.5.2. Requisitos.....	561
20.4.6. Exercício regular de um direito.....	562
20.4.6.1. Natureza jurídica	562
20.4.6.2. Requisitos.....	563
20.4.6.3. Situações peculiares no exercício regular de um direito	564

20.4.7. Causas supraleais.....	567
20.4.7.1. Consentimento do ofendido.....	567
20.4.7.1.1. Natureza jurídica	568
20.4.7.1.2. Requisitos.....	569
20.4.8. Excesso	570
20.4.8.1. Espécies	570
20.5. Tabela Resumo: Ilicitude.....	572

21

CULPABILIDADE.....	577
21.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	577
21.2. Introdução	577
21.3. Evolução do conceito de culpabilidade	579
21.3.1. Teoria psicológica da culpabilidade.....	580
21.3.2. Teoria psicológico-normativa da culpabilidade	581
21.3.2.1. Teorias limitada e extremada do dolo.....	584
21.3.3. Teoria normativa pura da culpabilidade.....	585
21.3.3.1. Teorias limitada e extremada da culpabilidade	587
21.3.3.2. Quadro comparativo.....	588
21.3.4. Conceito funcional de culpabilidade para o funcionalismo racional-teleológico (Roxin).....	589
21.3.5. Conceito funcional de culpabilidade para o funcionalismo sistêmico-radical (Jakobs).....	591
21.3.5.1. Tipo total de culpabilidade	592
21.3.6. Conceito de culpabilidade na teoria da ação significativa.....	595
21.4. Culpabilidade	598
21.4.1. Culpabilidade por vulnerabilidade.....	600
21.4.1.1. Culpabilidade às avessas.....	601
21.5. Culpabilidade formal e material	602
21.6. Elementos da culpabilidade.....	604
21.6.1. Imputabilidade	604
21.6.1.1. Critérios ou sistemas para aferição da inimputabilidade.....	605
21.6.1.2. Causas de inimputabilidade.....	606
21.6.1.2.1. Fator etário (menoridade).....	606
21.6.1.2.2. Fator mental (doença mental ou desenvolvimento mental retardado ou incompleto).....	607
21.6.1.2.3. Fator embriaguez.....	610
21.6.1.2.3.1. O problema da <i>actio libera in causa</i>	612
21.6.1.2.3.2. <i>Omissio libera in causa</i>	615
21.6.1.2.3.3. O problema do “Quarto de Locke”	616
21.6.2. Potencial consciência da ilicitude	617
21.6.3. Exigibilidade de conduta diversa	618

21.6.3.1.	Coação moral irresistível.....	619
21.6.3.1.1.	Requisitos.....	620
21.6.3.2.	Obediência hierárquica	621
21.6.3.2.1.	Requisitos.....	621
21.6.3.3.	Causas supralegais de exclusão da culpabilidade	622
21.7.	Tabela Resumo: Culpabilidade	624

22

ERRO DE PROIBIÇÃO	629
22.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	629
22.2. Introdução	629
22.3. Espécies de erro de proibição	631
22.3.1. Erro escusável e inescusável.....	631
22.3.2. Erro de proibição direto	632
22.3.3. Erro de proibição indireto.....	634
22.3.4. Erro de proibição mandamental.....	635
22.3.5. Erro sobre os elementos normativos do tipo	636
22.3.6. Crime putativo por erro de proibição	637
22.3.7. Duplo erro de proibição	638
22.3.8. Erro de compreensão e erro culturalmente condicionado	639
22.3.9. Outras espécies de erro.....	640
22.3.9.1. Erro de subsunção	640
22.3.9.2. Erro de validade (eficácia ou vigência).....	640
22.3.9.3. Erro de punibilidade	640
22.3.9.4. Erro de proibição invertido.....	640
22.3.9.5. Duplo erro híbrido	641
22.4. Tabela Resumo: Erro de Proibição	641

23

CONCURSO DE PESSOAS.....	645
23.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	645
23.2. Introdução.....	646
23.3. Requisitos	646
23.4. Autoria	649
23.4.1. Teoria do domínio do fato	650
23.4.2. Teoria do domínio da organização por meio de aparatos organizados de poder.....	652
23.4.3. Críticas e análise propositiva	654
23.4.4. Por que diferenciar autor, partícipe e coautor?.....	658
23.4.5. Teoria adotada pelo Código Penal brasileiro	660
23.4.6. Autoria mediata	660
23.4.6.1. Autoria mediata nos crimes culposos	663
23.4.6.2. Autoria mediata nos crimes próprios e de mão própria	664

23.4.6.3.	Autoria por determinação.....	664
23.4.6.4.	Autoria de escritório	665
23.4.7.	Autoria colateral	666
23.4.8.	Autoria coletiva.....	666
23.5.	Coautoria.....	667
23.5.1.	Cumplicidade através das ações neutras.....	670
23.6.	Participação.....	671
23.6.1.	Teorias sobre a punição do partícipe.....	673
23.6.1.1.	Duplo dolo na participação.....	675
23.6.2.	Participação de menor importância.....	675
23.6.3.	Participação nos crimes omissivos	676
23.6.4.	Participação sucessiva e participação em cadeia	676
23.6.5.	Cooperação dolosamente distinta	677
23.7.	Concurso de pessoas e crimes culposos.....	677
23.8.	Circunstâncias incommunicáveis	680
23.9.	Tabela Resumo: Concurso de Pessoas	687

TOMO III

TEORIA GERAL DA PENA

24

FUNDAMENTOS DA PENA.....	691
24.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	691
24.2. Introdução	691
24.3. Funções e teorias da pena	692
24.3.1. Teoria absoluta (finalidade retributiva)	693
24.3.2. Teoria relativa (finalidade preventiva)	693
24.3.2.1. Prevenção geral	694
24.3.2.2. Prevenção especial.....	695
24.3.3. Teoria mista ou unificadora (retributiva e preventiva)	695
24.3.4. Teoria agnóstica da pena.....	696
24.3.5. Teorias expressivas da pena	696
24.4. Princípios.....	698
24.5. Penas permitidas e proibidas no Brasil.....	700
24.5.1. Penas proibidas no Brasil	700
24.5.2. Penas permitidas.....	702
24.5.2.1. Pena privativa de liberdade.....	702
24.5.2.2. Penas restritivas de direitos.....	702
24.5.2.3. Pena de multa.....	703
24.6. Cominação das penas.....	703
24.7. Limite das penas.....	704
24.8. Tabela Resumo: Fundamentos da Pena.....	705

25

APLICAÇÃO DA PENA	709
25.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	709
25.2. Introdução	710
25.3. Fixação da pena privativa de liberdade	710
25.3.1. Fixação da pena-base (primeira fase)	711
25.3.1.1. Circunstâncias judiciais	713
25.3.2. Fixação da pena intermediária (segunda fase)	721
25.3.2.1. Agravantes genéricas	726
25.3.2.1.1. Reincidência (art. 61, I, do CP)	728
25.3.2.1.1.1. Introdução e crítica	728
25.3.2.1.1.2. Aspectos técnicos	731
25.3.2.1.1.3. Efeitos da reincidência	737
25.3.2.1.2. Motivo fútil ou torpe (art. 61, II, “a”, do CP)	739
25.3.2.1.3. Crime praticado para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (art. 61, II, “b”, do CP)	739
25.3.2.1.4. Crime praticado com traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido (art. 61, II, “c”, do CP)	740
25.3.2.1.5. Crime praticado com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (art. 61, II, “d”, do CP)	740
25.3.2.1.6. Crime praticado contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (art. 61, II, “e”, do CP)	741
25.3.2.1.7. Crime praticado com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (art. 61, II, “f”, do CP)	741
25.3.2.1.8. Crime praticado com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão	743
25.3.2.1.9. Crime praticado contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (art. 61, II, “h”, do CP)	743
25.3.2.1.10. Crime praticado quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (art. 61, II, “i”, do CP)	744
25.3.2.1.11. Crime praticado em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (art. 61, II, “j”, do CP)	744

25.3.2.1.12. Crimes praticados em estado de embriaguez preordenada (art. 61, II, “I”, do CP).....	745
25.3.2.1.13. Crimes praticados nas dependências de instituição de ensino (art. 61, II, “m”, do CP)	745
25.3.2.2. Agravantes nos crimes praticados por duas ou mais pessoas (art. 62 do CP).....	745
25.3.2.3. Atenuantes genéricas.....	746
25.3.2.3.1. Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher (art. 65, I, do CP).....	747
25.3.2.3.2. Desconhecimento da lei (art. 65, II, do CP).....	748
25.3.2.3.3. Ter o agente cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral (art. 65, III, “a”, do CP)..	749
25.3.2.3.4. Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano (art. 65, III, “b”, do CP) ..	749
25.3.2.3.5. Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (art. 65, III, “c”, do CP)	750
25.3.2.3.6. Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime (art. 65, III, “d”, do CP)	751
25.3.2.3.7. Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou	754
25.3.2.4. Atenuantes inominadas	754
25.3.3. Fixação da pena definitiva (terceira fase)	755
25.3.4. Cumprimento da pena privativa de liberdade.....	758
25.3.4.1. Detração penal.....	763
25.4. Tabela Resumo: Aplicação da Pena.....	764

26

APLICAÇÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	771
26.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	771
26.2. Conceito e características.....	772
26.3. Espécies	773
26.4. Duração da pena restritiva de direitos.....	776
26.5. Requisitos	776
26.5.1. Substituição nos crimes dolosos	777
26.5.2. Substituição nos crimes culposos e preterdolosos	779
26.6. Regras da substituição	779
26.7. Reconversão das penas restritivas de direito	780
26.8. Tabela Resumo: Aplicação das Penas Restritivas de Direitos	781

27

APLICAÇÃO DA PENA DE MULTA	785
27.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	785
27.2. Conceito e características.....	785
27.3. Fixação da pena de multa	786
27.3.1. Pena de multa no concurso de crimes	787
27.4. Pagamento da pena de multa.....	788
27.5. Multa substitutiva ou vicariante	791
27.6. Diferenças entre pena de multa e prestação pecuniária	792
27.7. Tabela Resumo: Aplicação da Pena de Multa.....	793

28

CONCURSO DE CRIMES	795
28.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	795
28.2. Introdução e sistemas de aplicação	795
28.3. Concurso material	796
28.4. Concurso formal	797
28.5. Crime continuado.....	804
28.5.1. Requisitos do crime continuado	804
28.5.2. Aplicação da pena no crime continuado	811
28.6. Reflexos outros do concurso de crimes.....	812
28.7. Tabela Resumo: Concurso de Crimes	813

29

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	815
29.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	815
29.2. Conceito e natureza jurídica	815
29.3. Sistemas	816
29.4. Requisitos	817
29.4.1. Requisitos objetivos.....	817
29.4.2. Requisitos subjetivos.....	818
29.5. Condições.....	818
29.6. Revogação do <i>sursis</i>	820
29.7. Prorrogação do período de prova	822
29.8. Extinção da pena.....	824
29.9. Tabela Resumo: Suspensão Condicional da Pena (<i>Sursis</i>)	824

30

LIVRAMENTO CONDICIONAL	827
30.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	827
30.2. Conceito e natureza jurídica	827
30.3. Requisitos	828
30.3.1. Requisitos objetivos.....	829

30.3.2. Requisitos subjetivos.....	831
30.4. Condições.....	833
30.5. Revogação do livramento condicional	833
30.6. Suspensão do livramento condicional e prorrogação do período de prova.....	835
30.7. Extinção	837
30.8. Tabela Resumo: Livramento Condicional	838

31

MEDIDA DE SEGURANÇA.....	841
31.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	841
31.2. Conceito e natureza jurídica	841
31.3. Requisitos	842
31.4. Aplicação da medida de segurança	844
31.4.1. Duração da medida de segurança.....	846
31.5. Tabela Resumo: Medida de Segurança	848

32

EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	851
32.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	851
32.2. Conceito.....	851
32.3. Efeitos penais secundários de natureza penal	852
32.4. Efeitos penais secundários genéricos de natureza extrapenal.....	853
32.5. Efeitos penais secundários específicos de natureza extrapenal	858
32.6. Efeitos da condenação especiais	863
32.6.1. Suspensão dos direitos políticos.....	863
32.6.2. Demissão por justa causa	863
32.6.3. Lei de Tortura.....	864
32.6.4. Lei de Falências.....	864
32.6.5. Lei de Drogas.....	864
32.6.6. Lei dos Crimes de Preconceito Racial.....	865
32.6.7. Lei de Organizações Criminosas	865
32.6.8. Lei de Lavagem de Capitais.....	865
32.6.9. Lei de Abuso de Autoridade	866
32.6.10. Lei de Organização dos serviços de telecomunicação.....	866
32.6.11. Código Civil	867
32.7. Síntese	868
32.8. Tabela Resumo: Efeitos da Condenação	870

33

REABILITAÇÃO CRIMINAL.....	873
33.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	873
33.2. Conceito e natureza jurídica	873
33.3. Sigilo das condenações.....	874
33.4. Efeitos extrapenais da condenação.....	874

33.5. Requisitos	876
33.6. Tabela Resumo: Reabilitação Criminal	878

34

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE..... 881

34.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	881
34.2. Conceito.....	881
34.3. Pretensão punitiva e executória.....	882
34.4. Causas extintivas do art. 107 do Código Penal	882
34.4.1. Morte do agente	882
34.4.2. Anistia, graça e indulto.....	884
34.4.2.1. Anistia	884
34.4.2.2. Graça	886
34.4.2.3. Indulto	888
34.4.3. <i>Abolitio criminis</i>	891
34.4.4. Prescrição, decadência e perempção.....	892
34.4.5. Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação penal privada.....	893
34.4.6. Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite	895
34.4.7. Perdão judicial	896
34.5. Outras causas extintivas	898
34.6. Tabela Resumo: Extinção da Punibilidade	901

35

PRESCRIÇÃO 905

35.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	905
35.2. Conceito e natureza jurídica	905
35.3. Imprescritibilidade.....	906
35.4. Espécies de prescrição	908
35.4.1. Prescrição da pretensão punitiva	908
35.4.1.1. Prescrição em abstrato.....	908
35.4.1.2. Termo inicial da prescrição.....	912
35.4.1.3. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição punitiva	914
35.4.1.3.1. Causas impeditivas e suspensivas	914
35.4.1.3.1.1. Causas impeditivas e suspensivas previstas fora do Código Penal.....	917
35.4.1.3.2. Causas interruptivas da prescrição.....	919
35.4.1.4. Prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente	923
35.4.1.5. Prescrição retroativa	924
35.4.1.6. Efeitos	925
35.4.2. Prescrição da pretensão executória da pena	926

35.4.2.1.	Termo inicial	927
35.4.2.2.	Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição executória.....	929
35.4.2.2.1.	Causas impeditivas e suspensivas	929
35.4.2.2.2.	Causas interruptivas.....	930
35.4.2.3.	Efeitos	930
35.4.3.	Prescrição antecipada	930
35.5.	Prescrição das penas restritivas de direito e pena de multa	931
35.6.	Prescrição das medidas de segurança.....	933
35.7.	Tabela Resumo: Prescrição	934

36

AÇÃO PENAL	937
-------------------------	------------

36.1.	Como o assunto é abordado em provas e concursos	937
36.2.	Conceito.....	937
36.3.	Condições da ação	938
36.4.	Classificação da ação penal.....	939
36.4.1.	Ação penal pública	940
36.4.1.1.	Princípios	940
36.4.1.2.	Ação penal pública incondicionada e condicionada	942
36.4.2.	Ação penal privada.....	944
36.4.2.1.	Princípios	945
36.4.2.2.	Espécies	945
36.4.2.3.	Papel do Ministério Público na ação penal privada.....	947
36.4.3.	Ação penal em situações especiais.....	948
36.5.	Tabela Resumo: Ação Penal.....	949

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	953
---	------------